



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

# 2013

Brasília/DF  
abril/2014



## QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR SOCIAL

### PROGRAMA VIDA LEGAL



A fim de estimular e captar as boas práticas de gestão e promoção de qualidade de vida no trabalho, por meio de ações interligadas que beneficiem a saúde e favoreçam o bem-estar dos magistrados e servidores, no ambiente de trabalho e fora dele, com abordagem no contexto de saúde física e mental, passando pelas vertentes de saúde social, emocional, profissional, intelectual, espiritual e outras, criando condições para a conscientização quanto à responsabilidade pessoal pela adoção de estilos de vida saudáveis, foi instituída pela Portaria 55/2013 a nova composição do Comitê Gestor de Qualidade de Vida no Trabalho.

Em 2013, 513 servidores, entre ativos e inativos, participaram de 15 eventos promovidos pelo Programa Vida Legal, sendo 5 eventos sem custo e 10 a um custo total de 77.022,00, (desse valor 41.712 foram gastos com recursos da União e 35.310 foram gastos com recursos do Pro-Social destinados ao Programa de Qualidade de Vida no Trabalho), além da participação em outras ações no Comitê Justiça Sustentável, ações de capacitação interna e ações de integração e planejamento com as Seções Judiciárias da Justiça Federal 1ª Região.

200

### PROGRAMAS E CAMPANHAS

#### ■ Programa de Avaliação Periódica da Saúde dos Servidores (Papss)

O Programa Exame Periódico de Saúde – EPS iniciou-se em junho de 2007. O EPS é um instrumento imprescindível para que se conheça o perfil epidemiológico do Tribunal e das Seções Judiciárias e consequentemente se estabeleça a política de saúde dos servidores do Tribunal e das seções e subseções jurisdicionadas.

#### QUADRO 128

##### Exame periódico de saúde - 2013

Servidores convocados	1.200
Pré-consulta – enfermagem	818
Consulta médica	513
Desembargadores convidados	27
EPS completo	8



### ■ Programa de Prevenção e Controle de Riscos Cardiovasculares

O Serviço de Saúde do TRF 1ª Região realizou a XIV Semana do Coração, no período de 16 a 20 de setembro de 2013, alcançando os objetivos propostos:

- foi aferida a pressão arterial de 1.228 pessoas sendo: 554 entre magistrados e servidores, 674 entre prestadores de serviços e estagiários. Do total de magistrados e servidores atendidos, 116 apresentaram pressão arterial (sistólica e/ou diastólica) igual ou superior a 130 x 90 mm de Hg, o que representa 21% desta categoria (dos aferidos), valor que é menor que a estimativa da Sociedade Brasileira de Cardiologia que refere prevalência nacional de 22,3 a 43,9%. O valor apresenta-se 8% menor que o do ano passado (2012);
- foram realizados 37 exames de bioimpedância e verificações do IMC nas instalações do Serviço de Saúde do TRF 1ª Região (pela equipe de nutrição do TRF) e 84 na sobreloja do Ed. Sede I, em frente aos elevadores (por laboratório credenciado). Entre as pessoas atendidas pela equipe de nutrição do Tribunal, 45,94% apresentaram IMC normal, 48,64% sobrepeso e 5,40% obesidade;
- houve a verificação da glicemia capilar de servidores, prestadores de serviço e estagiários interessados. Foram atendidas 94 pessoas, sendo que destas 3 apresentaram glicemia > ou = a 140mg/ml, o que representa 3,20% da população atendida.

201

### ■ Programa de imunização contra a gripe

O TRF-1ª Região promove a Campanha de Vacinação contra a Gripe desde 1999 para Desembargadores e servidores. Em 2013 a Campanha foi realizada no período de 16 a 19/04/2013 no hall do plenário, na Gráfica e Base Operacional. A empresa vencedora foi a SOS Check-up Internacional que, além de fornecer a vacina antigripal trivalente (incluindo o H1N1), foi responsável pelo ato vacinal.

#### QUADRO 129

##### Imunização contra gripe - 2013

Doses adquiridas	1.200
Doses aplicadas	1.199
Doses perdidas (frasco danificado e incidentes relacionados ao preparo e aplicação)	1

### ■ Projeto Superação - Assistência Social

Neste ano, o Setor de Serviço Social deu continuidade ao Projeto de Acompanhamento de Servidores em Licenças Prolongadas ou Recorrentes, para tratamento da própria saúde ou por motivo de doença em pessoa da família. Esse projeto, em 2013, foi desenvolvido em parceria com a equipe da Divisão de Saúde Ocupacional (Disao), objetivando atender servidores com licenças de 30 dias ou mais, seguidos ou não, priorizando



aqueles que apresentam CIDs: C (neoplasias); F (transtornos mentais e comportamentais); M (doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo); S (traumatismos e lesões).

#### QUADRO 130

##### Projeto Superação

Relatórios recebidos da Audicare	82
Beneficiários internados atendidos pelo Setsoc	76
Visitas hospitalares/domiciliares realizadas	16
Relatórios de acompanhamentos/pareceres técnicos	27

#### ■ Projeto Doe Sangue, Doe Vida

#### QUADRO 131

##### Projeto Doe Sangue, Doe Vida

Total de doadores cadastrados	360
Doadores encaminhados para doação	98
Doações de sangue realizadas, por encaminhamento do projeto	47

### ESPAÇO BEM-ESTAR RICARDO DUTRA AMARAL

No mês de outubro, foi inaugurado o Espaço Bem-Estar Ricardo Dutra Amaral para a prática de atividades treinamento e condicionamento físico e de realizações de sessões de fisioterapia com o objetivo de diminuir o sedentarismo e a ocorrência de doenças osteomusculares entre os magistrados e servidores do TRF.

No referido espaço, são oferecidas as seguintes modalidades físicas: dança de salão, pilates, jiu jitsu, kickboxing, yoga, Tai Chi Chuan, relaxamento e meditação. Além disso, no mesmo espaço é oferecido serviço de massagem relaxante e terapêutica.

foto: Mauro Putini



Sala do Espaço Bem-Estar.



## ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Entre as ações de bem-estar social, o Tribunal promove ainda a assistência direta e indireta à saúde dos magistrados e servidores. A assistência direta corresponde à prestação de assistência médica, odontológica, psicológica, social e de enfermagem realizada nas dependências do Tribunal e das Seções Judiciárias para todos os magistrados, servidores (ativos e inativos) e pensionistas, independentemente de inscrição no Pro-Social. Já a assistência indireta é aquela prestada aos beneficiários do Pro-Social.

### ASSISTÊNCIA DIRETA

Durante o ano de 2013, a clientela atendida distribuiu-se da seguinte maneira, conforme a área que prestou os atendimentos:

QUADRO 132

Clientela atendida por especialidade em 2013

Clientela	Atend. médico	% med	Atend. enfermagem	% enf.	Atend. odontologia	% odont.	Atend. psicologia	% psi.	Atend. fisioterapia	% fis.
Dependente	1.398	18,16	387	3,36	3.953	50,52	596	40,27	41	16,73
Desembargador	18	0,23	30	0,26	19	0,24	18	1,22	0	0,00
Estagiário	262	3,40	1.225	10,62	0	0,00	5	0,34	0	0,00
Juiz federal	246	3,20	0	0,00	97	1,24	0	0,00	0	0,00
Outros	17	0,22	36	0,31	33	0,42	3	0,20	0	0,00
Servidor requisitado	634	8,23	855	7,41	539	6,89	41	2,77	14	5,71
Servidor sem vínculo	184	2,39	1.456	12,63	77	0,98	10	0,68	1	0,41
Servidor do quadro	4.105	53,32	4.012	34,79	2.995	38,28	751	50,74	189	77,14
Servidor em exercício provisório	43	0,56	0	0,00	21	0,27	0	0,00	0	0,00
Terceirizado	792	10,29	3.531	30,62	90	1,15	56	3,78	0	0,00
TOTAL	7.699		11.532		7.824		1480		245	

**ASSISTÊNCIA INDIRETA**

QUADRO 133  
Beneficiários do Pro-Social - 31/12/2013

Tipos	TRF	AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MT	MG	PA	PI	RO	RR	TO	Totais
Titulares ativos	987	102	178	136	747	618	494	269	243	1.210	320	204	177	84	133	5.902
Dependentes de ativos	2.018	243	365	307	1.449	1.173	1.003	653	475	2.514	716	536	387	196	290	12.325
Subtotal ativos	3.005	345	543	443	2.196	1.791	1.497	922	718	3.724	1.036	740	564	280	423	18.227
Titulares inativos	125	18	22	13	67	149	50	24	35	156	29	19	15	16	9	747
Dependentes de inativos	131	25	19	18	65	153	61	26	46	159	25	15	16	18	18	795
Subtotal inativos	256	43	41	31	132	302	111	50	81	315	54	34	31	34	27	1.542
Pensionistas titulares	20	5	6	1	10	28	18	19	4	24	17	7	4	2	0	165
Total de titulares	1.132	125	206	150	824	795	562	312	282	1.390	366	230	196	102	142	6.814
Total de Dependentes	2.149	268	384	325	1.514	1.326	1.064	679	521	2.673	741	551	403	214	308	13.120
<b>TOTAL</b>	<b>3.281</b>	<b>393</b>	<b>590</b>	<b>475</b>	<b>2.338</b>	<b>2.121</b>	<b>1.626</b>	<b>991</b>	<b>803</b>	<b>4.063</b>	<b>1.107</b>	<b>781</b>	<b>599</b>	<b>316</b>	<b>450</b>	<b>19.934</b>

Fonte: Relatório TRF012 do Sistema BENNER, data base 31/12/2013.



GRÁFICO 18

Evolução do quantitativo de beneficiários do Pro-Social



## CRENCIAMENTOS

No ano de 2013, a Secoc providenciou 295 credenciamentos. Parte desses contratos deu cumprimento à determinação do Conselho Deliberativo do Pro-Social, objetivando a redução de custos do Programa pelo pesado ônus decorrente do INSS patronal (20%) que incide na contratação de pessoas físicas, os quais foram todos extintos, tendo esses profissionais constituído pessoas jurídicas, como forma de manter a prestação dos serviços.

Além disso, os pedidos de credenciamento para prestação de serviços na área de saúde e de interesse dos beneficiários passaram a ser aceitos sem restrição, desde que atendidos os requisitos preestabelecidos e genericamente aplicáveis aos credenciamentos.

Mesmo antes da extinção desses credenciamentos, também para o fim de reduzir custos, foi adotada pela SECBE a efetiva aplicação da Resolução 600-14/2004, que prevê, em seu art. 3º, a participação financeira do beneficiário na diferença entre o preço cobrado pelo credenciado e o constante das tabelas do Tribunal (hipótese de credenciamento com preços diferenciados).

Ainda como forma de reduzir custos, procura também a Secbe alternativa ao credenciamento da Unimed Norte/Nordeste, que, embora necessário devido à sua malha de atendimento em nível nacional, tem elevado custo, notadamente pela cobrança de taxa de administração de 15%, incidente sobre todas as despesas realizadas.



### ■ Gestão financeira dos recursos do Pro-Social

Foram consideradas as faixas especificadas pela ANS para o estudo abaixo, que apresenta o custo médico, o odontológico e a soma de ambos, por faixa etária, para o período de janeiro a dezembro, considerando-se os beneficiários ativos em 31/12/2013:

QUADRO 134

Custo mensal per capita médico-hospitalar e odontológico em 2013 (R\$)

Idades ANS	Faixa	médico-hospitalar jan.-dez. 2013	Custo médico <i>per capita</i>	Odonto jan.-dez. 2013	Custo odonto <i>per capita</i>	Despesa mensal méd. + odont.	Beneficiários ativos 31/12/2013	Custo mensal med. + odont. <i>per capita</i>	Despesas em 2013
0 a 18 anos	faixa 1	8.067.939,78	114,21	1.801.313,27	25,50	822.437,75	5887	139,70	9.869.253,05
19 a 23 anos	faixa 2	2.499.273,67	77,10	528.633,20	37,46	252.325,57	1176	214,56	3.027.906,87
24 a 28 anos	faixa 3	1.614.270,76	351,23	241.787,75	52,61	154.671,54	383	403,84	1.856.058,51
29 a 33 anos	faixa 4	2.690.033,88	221,07	471.923,84	38,78	263.496,48	1014	259,86	3.161.957,72
34 a 38 anos	faixa 5	4.922.989,31	271,87	802.980,00	44,34	477.164,11	1509	316,21	5.725.969,31
39 a 43 anos	faixa 6	6.884.194,89	292,55	1.267.831,17	53,88	679.335,50	1961	346,42	8.152.026,06
44 a 48 anos	faixa 7	8.228.911,54	300,63	2.075.014,44	75,81	858.660,50	2281	376,44	10.303.925,98
49 a 53 anos	faixa 8	8.636.387,98	400,72	1.765.486,21	81,92	866.822,85	1796	482,64	10.401.874,19
54 a 58 anos	faixa 9	5.425.588,35	432,25	1.079.208,36	85,98	542.066,39	1046	518,23	6.504.796,71
+ de 59 anos	faixa 10	26.356.086,67	762,35	1.957.805,06	56,63	2.359.490,98	2881	818,98	28.313.891,73
		75.325.676,83		11.991.983,30		7.276.471,68	19934		87.317.660,13

Obs 1. Os dados acima consideram as despesas brutas, da área médico-hospitalar e odontológica, sem considerar os retornos possíveis de custeios das despesas realizadas.

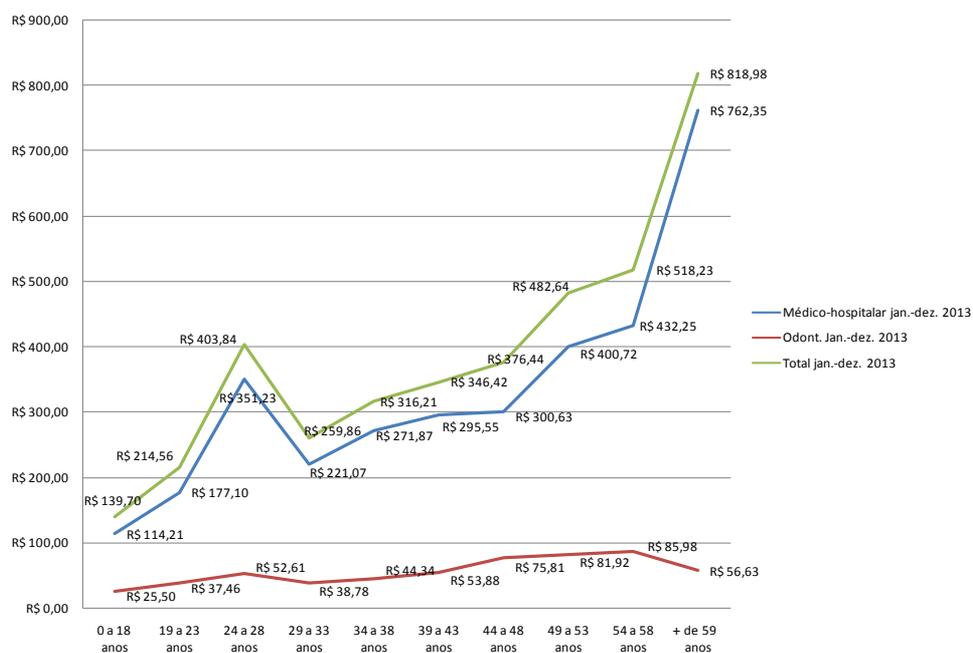
Obs 2. Os dados de beneficiários consideram apenas os que estejam como associados do Pro-Social.

Obs 3. Os dados médico-hospitalares acima não estão considerando o valor de 135.951,26, relativos à despesa médica "Perito – Despesas Médicas PF e PJ", e de 36.115,75, relativos à despesa odontológica "Perito – Despesas Odontológicas PF", não fracionáveis por faixa etária.

Obs4. Não estão também incluídos os valores de exames periódicos pagos na forma de faturas avulsas, sem identificação da faixa etária: área médica = 4.817,38; área odontológica = 16.614,96.



GRÁFICO 19

Curvas do custo mensal *per capita* médico-hospitalar e odontológico em 2013

207

QUADRO 135

Despesas do Pro-Social por benefícios

I – Despesas área social	Total 2012	Mensal 2012	Mensal 2013	Total 2013	Variação %
Pro-Bem	450.213,85	37.517,82	42.700,04	512.400,52	13,81
INSS Patronal Pro-Bem	7.749,12	645,76	618,87	7.426,48	-4,16
Auxílio material escolar	1.092.400,00	91.033,33	89.100,00	1.069.200,00	-2,12
<b>TOTAL</b>	<b>1.550.362,97</b>	<b>129.196,91</b>	<b>132.418,92</b>	<b>1.589.027,00</b>	<b>2,49</b>

II – Despesas Médicas	Total 2012	Mensal 2012	Mensal 2013	Total 2013	Variação %
Consulta médica	8.122.961,03	676.913,42	690.414,70	8.284.976,37	1,99
Exames cardiológicos	1.650.761,45	137.563,45	160.223,96	1.922.687,58	16,47
Exames laboratoriais	13.319.674,91	1.109.972,91	1.182.908,06	14.194.896,66	6,57
Exames radiológicos	3.639.174,06	303.264,51	314.514,24	3.774.170,86	3,71



II – Despesas Médicas	Total 2012	Mensal 2012	Mensal 2013	Total 2013	Variação %
Fonoaudiologia	661.682,89	55.140,24	53.565,26	642.783,17	-2,86
Internações – gases e materiais de consumo	29.771.808,06	2.480.984,01	696.420,49	8.357.045,91	11,60
Internações – honorários			765.165,45	9.181.985,45	
Internações – medicamentos			684.561,63	8.214.739,62	
Internações – taxas e Diárias			622.592,71	7.471.112,56	
Internações – Opmes	3.937.187,02	328.098,92	415.771,11	4.989.253,28	26,72
Medicina física e reabilitação	1.894.287,92	157.857,33	167.082,61	2.004.991,32	5,84
Outros exames e procedimentos	2.764.956,56	230.413,05	228.601,84	2.743.222,09	-0,79
Psicologia	2.963.591,81	246.965,98	265.429,03	3.185.148,37	7,48
Quimioterapia	562.139,08	46.844,92	41.619,35	499.432,23	-11,16
Subtotal	69.288.224,79	5.774.018,73	6.288.870,46	75.466.445,47	8,92
INSS patronal-médica	6.062.207,37	505.183,95	374.735,87	4.496.830,43	-25,82
<b>TOTAL</b>	<b>75.350.432,16</b>	<b>6.279.202,68</b>	<b>6.663.606,33</b>	<b>79.963.275,90</b>	<b>6,12</b>

III – Despesas Odontológicas	Total 2012	Mensal 2012	Mensal 2013	Total 2013	Variação %
Cirurgia	331.611,88	27.634,32	24.775,23	297.302,73	-10,35
Consulta odontológica	1.376.753,42	114.729,45	119.894,82	1.438.737,88	4,50
Dentisteria	1.161.337,60	96.778,13	105.674,16	1.268.089,89	9,19
Endodontia	537.084,11	44.757,01	42.603,77	511.245,25	-4,81
Odontopediatria	128.977,73	10.748,14	10.946,54	131.358,47	1,85
Ortodontia	734.080,27	61.173,36	74.016,53	888.198,32	20,99
Perícia e testes laboratoriais odontológicos	62.468,54	5.205,71	3.535,02	42.420,27	-32,09
Periodontia	731.870,50	60.989,21	63.832,36	765.988,29	4,66
Prevenção	1.264.024,50	105.335,38	113.635,37	1.363.624,40	7,88
Prótese dentária	4.006.736,50	333.894,71	357.517,26	4.290.207,14	7,07
Radiologia	1.042.538,55	86.878,21	87.295,11	1.047.541,37	0,48
Subtotal	11.377.483,60	948.123,63	1.003.726,17	12.044.714,01	5,86
INSS patronal-odontológica	1.220.218,08	101.684,84	110.848,15	1.330.177,80	9,01
<b>TOTAL</b>	<b>12.597.701,68</b>	<b>1.049.808,47</b>	<b>1.114.574,32</b>	<b>13.374.891,81</b>	<b>6,17</b>

IV – Despesas Área Administrativa	Total 2012	Mensal 2012	Mensal 2013	Total 2013	Variação %
Contratos locação de mão de obra e auditoria médica	9.022.263,77	751.855,31	768.986,59	9.227.839,10	2,28
Seguro de vida	287.713,40	23.976,12	27.912,50	334.950,00	16,42
Passagens e hospedagem (TFD)	52.459,56	4.371,63	6.210,71	74.528,47	42,07



ISS, Assinaturas e periódicos, manutenção de convênios, Simpro e suporte em TI	168.032,07	14.002,67	11.958,11	143.497,34	-14,60
TOTAL	9.530.468,80	794.205,73	815.067,91	9.780.814,91	2,63
TOTAL GERAL	99.028.965,61	8.252.413,80	8.725.667,47	104.708.009,62	5,73

### QUADRO 136

#### Receitas orçamentárias e próprias em 2013

2012		2013	
Saldo em 31/12/2011	78.624.861,75	Saldo em 31/12/2012	53.876.612,26
Contribuição social titular	33.758.463,97	Contribuição social titular	39.307.475,81
Contribuição social dep. direto	–	Contribuição social dep. direto	2.078.060,85
Contribuição social dep. indireto	–	Contribuição social dep. indireto	1.136.795,19
Cota do associado	179.859,68	Cota do associado	377.549,50
Custeios diversos	3.638.950,59	Custeios diversos	4.531.642,77
Outros	367.660,81	Outros	377.428,56
Rendimentos	5.097.133,16	Rendimentos	3.613.543,88
TOTAL	43.042.068,21	TOTAL	51.422.496,56
Saldo em 31/12/2012	53.876.612,26	Saldo em 31/12/2013	44.215.200,88

Dotação orçamentária 2012*	33.153.322,06	Dotação orçamentária 2013	39.306.378,86
Restos a pagar inscritos de 2011*	1.452.339,10	Restos a pagar inscritos de 2012	4.497.623,81
Receita orçamentária Total 2012*	34.605.661,16	Receita orçamentária total 2013	43.804.002,67

\* Extraídos do Quadro 109 do Relatório Anual de Gestão de 2012.



QUADRO 137  
Composição das receitas próprias

Mês	Recursos próprios										
	Saldo anterior	Receitas								Despesas	Saldo
		Contribuição	Contribuição dep. Direto	Contribuição dep. Indireto	Cotas	Custeiosdiversos	Rendimentos	Outras	Total		
jan.	53.876.612,26	2.859.642,76			32.567,95	325.477,60	260.629,31	29.849,15	3.508.166,77	4.524.833,74	52.859.945,29
fev.	52.859.945,29	2.883.309,16			15.671,90	331.633,93	240.322,23	29.516,55	3.500.453,77	5.240.345,38	51.120.053,68
mar.	51.120.053,68	3.012.028,30			23.990,25	346.960,89	257.190,94	29.032,45	3.669.202,83	6.191.727,55	48.597.528,96
abr.	48.597.528,96	2.938.009,77			8.085,12	358.791,50	273.767,09	29.287,40	3.607.940,88	3.844.934,07	48.360.535,77
mai.	48.360.535,77	2.957.839,59			12.826,34	340.885,85	266.715,47	29.927,53	3.608.194,78	3.142.936,14	48.825.794,41
jun.	48.825.794,41	2.960.130,90			10.838,91	400.322,75	274.337,02	29.681,78	3.675.311,36	3.094.420,19	49.406.685,58
jul.	49.406.685,58	3.628.471,83			380,43	379.366,86	330.191,13	29.135,16	4.367.545,41	3.132.356,97	50.641.874,02
ago.	50.641.874,02	3.625.100,25			4.473,83	385.684,22	330.302,64	31.302,31	4.376.863,25	4.917.559,27	50.101.178,00
set.	50.101.178,00	3.619.579,07	523.992,84	308.794,66	27.908,29	410.008,84	332.925,60	32.771,93	5.255.981,23	5.153.209,81	50.203.949,42
out.	50.203.949,42	3.596.335,32	515.082,49	282.755,67	17.586,35	437.779,67	379.667,12	36.384,83	5.265.591,45	7.976.609,32	47.492.931,55
nov.	47.492.931,55	3.596.335,32	516.627,97	256.304,10	74.186,59	415.046,78	321.538,51	32.565,27	5.212.604,54	4.588.954,10	48.116.581,99
dez.	48.116.581,99	3.630.693,54	522.357,55	288.940,76	149.033,54	399.683,88	345.956,82	37.974,20	5.374.640,29	9.276.021,40	44.215.200,88
<b>TOTAL</b>		<b>39.307.475,81</b>	<b>2.078.060,85</b>	<b>1.136.795,19</b>	<b>377.549,50</b>	<b>4.531.642,77</b>	<b>3.613.543,88</b>	<b>377.428,56</b>	<b>51.422.496,56</b>	<b>61.083.907,94</b>	<b>44.215.200,88</b>

Fonte: Divaf.



### ■ Novo Regulamento Geral do Pro-Social

O ano de 2013 caracterizou-se por muitas mudanças importantes no Pro-Social. No mês de abril, discutiu-se a necessidade de serem realizadas modificações no Regulamento Geral, especialmente pela necessidade de se elevar as receitas do Programa, tendo em vista os persistentes aumentos de suas despesas, sem o correspondente crescimento das receitas. Sendo assim, em 01/07/2013, entrou em vigor a Resolução Presi/Secbe 6, de 30/04/2013, que tratava do novo Regulamento Geral do Pro-Social.

Após uma análise criteriosa dos números da equação receita x despesas e dos problemas operacionais identificados, foram definidas prioridades e implementado um cronograma de ações para que fossem reduzidas as despesas. Inicialmente, foram propostas alterações nas normas da internação domiciliar (*home care*), do tratamento fora do domicílio (TFD), do auxílio ortodôntico e da cobertura de despesas com órteses, próteses e/ou materiais especiais médico-odonto-hospitalares (OPMEs).

Nesta mesma época, foi regulamentada a cobertura parcial de despesas com medicamentos orais destinados, exclusivamente, ao tratamento de neoplasias malignas, atendendo previsão constante no Regulamento Geral do Pro-Social.

Com o objetivo de simplificar o acesso dos beneficiários do Programa aos hospitais credenciados na cidade de São Paulo: Hospital AC Camargo, Beneficência Portuguesa – Hospital São Joaquim, Hospital das Clínicas, Hospital do Coração – HCOR e INCOR, a partir de 01/09/2013 o interessado passou a apresentar apenas a carteira do Pro-Social, acompanhada de um documento de identidade, quando de seus atendimentos.

Os ofícios de encaminhamento emitidos pela Secbe continuaram a ser necessários apenas para dois credenciados de alto custo, em São Paulo: Hospital Sírio Libanês de SP e Hospital São José.

Em dezembro, para permitir maior celeridade às decisões do Conselho Deliberativo que precisem ser adotadas, uma medida crítica foi aprovada pela Corte Especial administrativa, culminando na Resolução Presi/Secbe 29 de 09/12/2013, determinado-se que a partir daquela data as propostas da Administração do Programa e as alterações no Regulamento Geral do Pro-Social após apreciação pelo Conselho Deliberativo do Pro-Social sejam homologadas pelo Conselho de Administração e não mais pela Corte Especial Administrativa.

Posteriormente, em 18/12/2013, foi aprovado um novo Regulamento Geral para o Pro-Social por meio da Resolução Presi/Secbe 31, implementando medidas, desta vez, para a contenção das despesas, vigorando a partir de 01/01/2014. Essa resolução revoga a de n. 6.

Entre as principais medidas, ressaltam-se:

– aprovação de que a terceirização de mão de obra não poderá mais ser custeada pelo Pro-Social a partir de 01/01/2015. Ou seja, as despesas com a assistência direta à



saúde correrão somente à conta de recursos da União. Atualmente, essa despesa anual é próxima a 10 milhões de reais;

- extinção da cota anual por grupo familiar, a qual permitia aos usuários a realização de diversas despesas sem qualquer contraprestação de custeio ao longo de cada ano;

- explicitação de regra que já vinha sendo adotada, formalizando-se que à Secretaria de Controle Interno compete a fiscalização da gestão financeira do Pro-Social, tanto dos recursos orçamentários como dos recursos próprios;

- detalhamento das regras de cumprimento de carências aos dependentes incluídos de forma intempestiva;

- eliminação do limite máximo de quatro dependentes para desconto da contribuição da contribuição social mensal.

#### ■ **Transparência**

A Secbe tem a obrigação de prestar contas de suas receitas e despesas não somente para os Conselheiros do Pro-Social, mas também aos seus beneficiários. Dessa maneira, considerando-se que diversos relatórios gerenciais, especialmente de despesas e receitas, necessários à boa gestão financeira, não se encontravam disponíveis no Sistema do e-Prososocial iniciou-se com a Secin o mapeamento da base de dados para o desenvolvimento dos relatórios em ambiente de BI (*Business Intelligence*). Os relatórios serão publicados mensalmente na intranet, tão logo tenham sido apresentados ao Conselho Deliberativo do Pro-Social.

Uma vez que tenham sido finalizados os relatórios já solicitados, atualmente em processo de validação, será iniciado o levantamento dos dados do sistema dos prontuários médicos, para também se permitir a extração ágil de informações gerenciais de forma consolidada.

A busca pela sustentabilidade, organização e eficiência ao Pro-Social requerem constantemente ações que visem seu aperfeiçoamento, tanto na parte do planejamento como da execução dos serviços de assistência à saúde, bem como a correção constante de distorções. Sendo assim, considera-se que um dos principais desafios desta Secretaria em 2013 foi apresentar propostas que viabilizassem financeiramente o Pro-Social, permitindo que ele voltasse a ser superavitário, o que não aconteceu nesse ano, mas espera-se que ocorra a partir de 2014.

#### ■ **Conselho Deliberativo do Pro-Social**

O Conselho Deliberativo do Pro-Social, integrado pelo Presidente do Tribunal, por Representante dos Magistrados, por Representante dos Servidores, Diretor-Geral, pelo Diretor da Secretaria de Controle Interno – Secoi e pelo Diretor da Secretaria de Bem-Estar Social – Secbe, é o órgão responsável pela qualidade, eficácia e desenvolvimento dos serviços e benefícios oferecidos pelo Programa.



Ao longo de 2013, a atuação de seus membros foi fundamental para viabilizar as mudanças necessárias à atualização do Pro-Social. No mês de abril, foi aprovado o novo Regulamento Geral do Programa, que substituiu a disciplina vigente desde 2003. O novo Regulamento Geral introduzia novas diretrizes destinadas a elevar as receitas do Pro-Social, medida adotada para contrapor o aumento constante das despesas do Programa. As alterações aprovadas, contudo, revelaram-se insuficientes para dar ao Programa o equilíbrio necessário, pois ficou evidenciada a necessidade de ajustes adicionais ao aumento no valor das contribuições de seus beneficiários.

Assim sendo, novas alterações visando à contenção das despesas crescentes do Programa foram propostas pela Secbe, aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Pro-Social, em sessão realizada em 10/12/2013, e homologadas pelo Conselho de Administração, em sessão realizada em 17/12/2013.

Em 18/12/2013, por meio da Portaria Presi/Secbe 31, foi aprovada nova versão do Regulamento-Geral do Pro-Social, que passou a vigorar a partir do dia 01/01/2014.

Em sessão da Corte Especial administrativa realizada em 03/12/2013, ficou acordado que as alterações no Regulamento Geral do Pro-Social passariam a ser homologadas pelo Conselho de Administração, sob a relatoria do presidente, no prazo máximo de uma sessão, ordinária ou extraordinária, sob pena de aprovação tácita. Com esta decisão, o Conselho Deliberativo do Pro-Social passou a observar maior celeridade para decidir sobre as questões pertinentes ao Programa, sempre que necessário.

No ano de 2013, foram realizadas 12 sessões do Conselho Deliberativo do Pro-Social, tendo sido julgados 59 processos.